

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Farpas trocadas durante o almoço

Temperos indigestos para governo e Congresso

“Se aprovar LDO e reforma tributária, estará de muito bom tamanho para o governo”. A análise foi feita pelo deputado Danilo Forte (União-CE), em almoço na terça-feira (10) da Frente Parlamentar Empreendedorismo. Esse é o complicado quadro deste final de ano. Há uma pauta carregada, com temas que incluem ainda os dois projetos e a Proposta de Emenda

à Constituição (PEC) do Corte de Gastos. Esse pacote era o tema do almoço. Lá estava o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Que ouviu críticas à postura do governo e viu ser apresentada uma PEC paralela da oposição que se contrapõe à do governo. Durigan também fez críticas ao Congresso. Ainda que de maneira educada, foi esse o clima.

Tributária

A regulamentação da reforma tributária tornou-se a pauta com mais chances de avanço porque o Congresso a trata como uma iniciativa sua, não do governo. Legados que Arthur Lira e Rodrigo Pacheco querem deixar. Já a não aprovação da LDO vira grande encrenca.

LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já deveria ter sido aprovada no primeiro semestre. Se o ano começar sem ela, o governo pode ter problemas. Sem a LDO, o governo não tem como utilizar a regra de liberação de 1/12 a cada mês sem aprovação do orçamento.

Rudolfo Lago/Correio da Manhã



Júlio Lopes apresentou detalhes da PEC alternativa

Governo teria que fazer MPs a cada mês sem orçamento

Relator da LDO deste ano, Danilo explicou que é aí que fica prevista a regra que permite o uso de 1/12 do previsto no orçamento a cada mês sem sua aprovação. Sem a LDO, o governo teria que ficar editando a cada mês medidas provisórias com créditos extras até a aprovação do orçamento, que só viria a acontecer após

a volta do recesso, em fevereiro do ano que vem. Para Danilo, era nisso que o governo deveria centrar seus esforços. Porque, com relação, ao pacote de corte de gastos, o clima é o que se viu no almoço. O pacote, se vier a passar, será com alterações profundas. Talvez até mais próxima à PEC proposta pela oposição.

PEC

O almoço tinha como propósito a apresentação da PEC alternativa à do governo para o corte de gastos. De autoria dos deputados Júlio Lopes (PP-RJ), Kim Katagiri (União-SP) e Pedro Paulo (PSD-RJ), a PEC centra-se na retirada de vinculações e benefícios sociais como saída.

Desoneração

Durigan ouviu, e tomou o cuidado de não entrar no mérito. Mas nem por isso deixou de fazer suas cobranças. Lembrou que o governo tentou acabar com a Desoneração da Folha de Pagamentos e com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

Previdência

O ponto principal da PEC paralela é desvincular os benefícios da Previdência do aumento do salário mínimo. Propõe também desvincular da arrecadação da Receita os pisos constitucionais para a saúde e educação. Ou seja: um pacote ainda mais restritivo e amargo.

Não deixou

E o Congresso não deixou. Pelo contrário, com relação à desoneração, ainda inclui a folha dos municípios. Enfim, sacrifícios só os do outro poder. Enquanto isso, a Operação OverClean prende 17 pessoas por desvio de recursos públicos oriundos da liberação de emendas.

Governo edita portaria para liberar emendas

Pauta começa a avançar com a aprovação dos diretores do BC

Marina Ramos/Câmara dos Deputados

Por Gabriela Gallo

Em votações tranquilas, o plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (10), os três nomes indicados para assumir diretorias do Banco Central (BC) a partir do início do ano que vem: Nilton José Schneider David, aprovado por 50 votos favoráveis e 3 contrários; Izabela Moreira Correa, com 48 votos à favor e 3 contrários; e Gilneu Astolfi Vivan teve a indicação aprovada por 53 votos favoráveis e três contrários. Os três assumirão os novos cargos entre 2025 e 2028.

Nilton David assumirá a Diretoria de Política Monetária, assumindo o posto do futuro novo presidente do banco, Gabriel Galípolo; Izabela Moreira Correa assumirá a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, e Gilneu Astolfi Vivan a Diretoria de Regulação.

Antes no plenário, na sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), os indicados defenderam a política de controle da inflação adotada pelo BC. Na sessão, o principal ponto levantado pelos senadores, tanto da base governista quanto da oposição, foi o controle da inflação e da taxa básica de juros (taxa Selic), que saiu de 10,5% em maio para 11,15% em novembro.

Emendas

Antes, havia alguma expectativa de que recados poderiam ser dados na sabatina e na votação. E, se não aconteceram, avalia-se que já passa ser sinal do empenho do governo em resolver o impasse orçamentário. As relações entre os poderes seguem conturbadas após o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino manter as exigências do STF



Lira repete que governo não tem votos para aprovar pacote

para a transferência de emendas parlamentares. A determinação do ministro desagradou parlamentares, o que reforçou a necessidade do governo de negociar com os congressistas para que aprovem as medidas do pacote fiscal de corte de gastos, proposto pelo governo.

Diante disso, o governo publicou uma portaria conjunta da Casa Civil, da equipe econômica do governo e da Advocacia-Geral da União (AGU) que altera regras para liberação de emendas – num esforço para que não bata de frente com o Supremo, mas agrade os parlamentares. A portaria foi publicada na noite desta terça-feira no Diário Oficial da União (DOU). O documento prevê que a execução das emendas empenhadas em 2024 poderão ser realizadas até a apresentação do plano de trabalho, que deve ser entregues até o dia 31 de dezembro, segundo a portaria.

Após esta data, os planos de trabalho serão analisados

por órgãos vinculados às áreas às quais os recursos serão destinados, que devem aprovar ou reprovam o plano. Esses órgãos deverão emitir pareceres sobre a solicitação de transferências de recursos até 1º de fevereiro de 2025.

Corte de gastos

A medida é uma estratégia do governo para ser um meio campo e tentar garantir a aprovação dos projetos de Lei (PL) 4614/2024, de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024, que compõem o pacote de corte de gastos. O governo busca a aprovação ainda neste ano para que as mudanças passem a valer a partir de 2025.

Na última semana, a Câmara aprovou a urgência do PL 4614 e o PLP 210, mais ainda falta definir os relatores das medidas. Em entrevista à imprensa nesta terça-feira, logo após sair da reunião de líderes, o presi-

dente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que o Congresso tramitará a PEC 45 em regime especial, anexando-a a outra PEC que está em estágio mais avançado na Casa.

Porém, Lira afirmou que, no momento, o governo não tem os votos necessários para aprovar os projetos.

“O acerto é que não tem votos. O assunto é polêmico, o BPC [Benefício de Prestação Continuada] é polêmico, o abono [salarial] é polêmico, o salário-mínimo é polêmico. É um assunto que ferve, além de toda a insatisfação pelo não cumprimento de uma lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República”, declarou.

Apesar da incerteza em relação às emendas, está agendado para esta quinta-feira (12) uma sessão conjunta no Congresso, à partir das 10h, para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025.

Lula passa por cirurgia de emergência após hemorragia

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

No meio das tensões políticas que envolvem governo e Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi submetido, na madrugada desta terça-feira (10) a uma cirurgia de emergência para drenar uma hemorragia intracraniana, identificada após uma queda em sua residência. O procedimento ocorreu sem complicações, e o presidente está sendo monitorado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

Segundo boletim médico, Lula procurou atendimento em Brasília na noite de segunda-feira (9), após sentir fortes dores de cabeça. O exame de ressonância magnética revelou a presença de um hematoma no crânio, relacionado ao acidente doméstico ocorrido no dia 19 de outubro, quando o presidente sofreu uma queda no banheiro do Palácio da Alvorada. Devido à gravidade do quadro, ele foi transferido para São Paulo, onde passou pela trepanação, procedimento para drenagem do hematoma.

O cardiologista Roberto Kalil Filho, que acompanha o presidente, informou em coletiva de imprensa que, além da dor, Lula apresentou mal-estar e sintomas gripais,



Lula levou cinco pontos na nuca após a queda que sofreu

o que inicialmente poderia sugerir uma condição de menor complexidade. Chegou-se a pensar na possibilidade de covid-19. No entanto, devido ao histórico da queda, foi decidido realizar exames de imagem, que confirmaram a hemorragia intracraniana.

“Ele passou bem pela cirurgia. Já estava praticamente acordado quando saiu da sala de operação, foi extubado, está conversando normalmente e se alimentando. Está estável e em observação”, relatou Kalil.

O neurologista Rogério

Tuma, que também integra a equipe médica, explicou que o hematoma estava localizado entre o crânio e o cérebro, o que reduz o risco de complicações. “Não houve lesão cerebral. O procedimento foi necessário para evitar que o hematoma comprimito o cérebro. O mais importante é que o presidente não sofreu trauma cerebral”, afirmou Tuma. Um trauma cerebral poderia produzir sequelas.

A equipe médica que acompanha o caso é composta, além de Kalil e Tuma, pela in-

fectologista Ana Helena Gergoglio, o neurocirurgião Marcos Stavale e o neurocirurgião e diretor clínico do hospital, Mauro Suzuki.

Recuperação

Segundo os médicos, a primeira-dama Janja Lula da Silva permanece ao lado do presidente e é sua única acompanhante no hospital. A previsão é de que Lula retorne a Brasília no início da próxima semana, caso sua recuperação siga conforme o esperado. “Tudo vai depender da evolução clínica. Pode ser um dia a mais ou a menos, mas a expectativa é essa”, afirmou Roberto Kalil.

Em suas redes sociais, Janja expressou alívio após a cirurgia bem-sucedida. “Depois da angústia da noite, agora temos tranquilidade. Ele, que sempre cuidou dos outros, está recebendo o melhor cuidado para uma rápida recuperação. Em breve, estará de volta”, escreveu a primeira-dama.

Em entrevista ao Correio da Manhã, o neurologista Victor Hugo destacou que a recuperação de Lula tem um prognóstico bastante favorável. “Esse tipo de cirurgia tem um risco baixo e, com o acompanhamento adequado e os exames de imagem, é esperado que o presidente se recupere plenamente e retome suas atividades”.